

Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fe-tec/PR

ANO VII - Nº 78
Outubro/Novembro 2003

Jornal destinado aos trabalhadores em bancos, produzido e custeado pelos sindicatos dos bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

ACORDOS SAEM, COM MOBILIZAÇÃO E GREVE HISTÓRICA NO BB E NA CAIXA

Páginas 3, 4 e 5



As fotos acima mostram mobilizações em Paranavai, Campo Mourão e Guarapuava. Ao lado, assembleia em Toledo. Confira nas páginas 4 e 5 desta edição, outras atividades dos Sindicatos do Pactu nesta Campanha.

CONTEC no desespero

Recentemente, o jornal (sic) "Hoje Maringá", publicou dois artigos, assinados por um ex-presidente da Feeb-PR. Os artigos traziam insultos à CUT e aos sindicatos de bancários filiados, sem, no entanto, relatar fatos objetivos que justificassem as agressões.

A iniciativa do ex-presidente da Feeb deixa muito claro o desespero da entidade defendida por ele: a velha Contec.

Durante anos, particularmente nos oito anos de reinado de FHC, a Contec serviu de instrumento do Governo e do Judiciário para impor o congelamento salarial e o rebaixamento dos direitos dos trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa, seja assinando acordos rebaixados, seja ajuizando dissídios parciais. Agindo assim, a Contec trabalhou desmobilizando a luta e a organização dos empregados da Caixa e do BB.

O que leva o ex-presidente da Feeb a se desesperar é uma das principais conquistas desta campanha salarial: pela primeira vez o BB e a Caixa vão assinar Acordo Coletivo com a CNB-CUT, que representa 90% dos empregados daqueles bancos. Ou seja, a Contec e seus sindicatos filiados foram reduzidos ao seu verdadeiro tamanho.

No mais, é de se perguntar: por que os bancários das capitais fizeram opção pela CUT e não pela Contec? Por que os sindicalistas da Contec, independentes e combativos (sic), aguardaram as capitais para encerrar a greve e não continuaram sozinhos. Para refletir.

Extrapolação de jornada e Saúde Itaú **Página 2**

Transgênicos e as reformas no Congresso **Página 6**

INÉDITO:
Câmara de Pitanga reduz o número de vereadores **Página 8**

Extrapolação de jornada na Caixa e BB: uma vergonha

No primeiro semestre deste ano, a Caixa já lucrou R\$ 860 milhões, o BB R\$ 1,790 bilhão, o Bradesco R\$ 1,027 bilhão, o Itaú R\$ 1,490 bilhão. Os lucros desses quatro bancos são bem parecidos.

O BB até lucrou mais do que o Bradesco. No momento, o que é muito diferente, e para pior, é o tratamento que a Caixa e o BB, vem dispensando a clientes e usuários. São poucos funcionários para atender a uma demanda de serviços quase impossível. Recentemente, para dar conta da demanda reprimida, os funcionários do BB foram obrigados a trabalhar nos finais de semana.

Na Caixa não é diferente. Este banco atende a uma gran-

de gama de trabalhadores, que vão receber benefícios sociais e enfrentam um grande sofrimento, ficando horas nas filas. É claro que após as 15 horas tem muito serviço para os bancários da Caixa encaminhar, o que acarreta grande extrapolação de jornada.

Essa situação poderia ser resolvida com mais funcionários.

Os Sindicatos do Pactu recebem semanalmente denúncias anônimas sobre a extrapolação de jornada na Caixa. Os denunciantes

reclamam de estarem perdendo aulas, de não poderem acompanhar a família ou de fadiga física, quando não são todas as situações juntas. Queixam-se também de dores lombares, nas articulações e visão turva, o

que nos leva a profetizar que serão futuros portadores de LER ou de outra doença ocupacional.

De quem é a culpa? – Com certeza é do patrão que não contratou empregados suficientes para atender a demanda. O atual governo pretende minimizar esse problema contratando mais trabalhadores. Para tanto, já autorizou a realização de concurso público nos dois bancos. Outro culpado é a atual legislação sindical, que não permite que os sindicatos fiscalizem e atuem os bancos.

O Pactu espera que esse governo, tenha a sensibilidade de ouvir as queixas dos trabalhadores da Caixa e do BB. E não só na extrapolação de jornada, mas também na reposição da inflação e na participação nos lucros. Ainda sobre a extrapolação, é bom lembrar que três bancários fazendo duas horas extras por dia estão prati-



Há muito tempo o movimento sindical denuncia e pede o fim do trabalho escravo no BB e na Caixa

O Pactu espera que esse Governo tenha a sensibilidade de ouvir as queixas dos trabalhadores da Caixa e do BB...

camente tirando o emprego de mais um bancário. E, ao que parece, emprego ainda é o maior problema social deste país.

O Pactu espera ainda que na reforma sindical e trabalhista, além de democratizar as relações trabalhistas, fortaleça também o Ministério do Trabalho, com mais fiscais e mais recursos.

Atualmente, o Paraná possui poucos fiscais do Trabalho e quase todos lotados em Curitiba. Por serem poucos, não podem prestar serviços no inte-

rior, mal dando conta do trabalho na capital. E quando há fiscais, não há recursos para o deslocamento. E o pior: mesmo que os sindicatos quisessem bancar a estadia, a lei não permite que os fiscais aceitem.

As gerências de agências desses bancos podem colaborar para resolver o problema, informando aos seus superiores da necessidade de mais bancários. Afinal de contas, os gerentes também devem estar sofrendo com o problema da extrapolação.

PACTU

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactu
CONSELHO EDITORIAL

Paranavai:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebvpvai@ibest.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@uol.com.br

Umuarama/Assis

Chateaubriand:

Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@adsturbo.com

Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371
E-mail: seebgpva@brturbo.com.br

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes

Tiragem: 2.800 exemplares

Delegados sindicais (BB e Caixa)

A volta do delegado sindical no Banco do Brasil e na Caixa Econômica é uma conquista importante. O delegado é eleito pelos colegas de trabalho e, como tal, vai representá-los junto ao Sindicato. Muitas vezes, o que acontece no local de trabalho não chega ao conhecimento da entidade sindical. O delegado sindical pode evitar que os conflitos aconteçam e, acontecendo pode tentar resolvê-los sozinho ou com a ajuda do Sindicato. Por isso, os trabalhadores têm que saber escolher os seus delegados sindicais. Tem que ser uma pessoa com algum conhecimento sobre a empresa, sobre os acordos e convenções trabalhistas, ter vontade política e sensibilidade para resolver possíveis problemas no local de trabalho. A estabilidade que vão adquirir é um suporte importante para exercer o cargo. No Pactu, o Seeb Paranavai elegeu doze delegados sindicais do BB e cinco da Caixa. Os do BB são: Antonio de Lima Pereira (Paranavai), Eduardo Alex Diniz (Colorado), Antonio Barbosa Jr (Paranacity), Glória Maria U. Kawahista (N. Esperança), Maria de Jesus F. Brois (Querência do Norte), Hugo R. Lopes Guirardi (Santa Isabel do Ivaí), Fabiana Rosa (Santa Cruz do Monte Castelo), Osvaldo Bossa Maschietto (Loanda), Osiel Cnpa (Nova Londrina), Antonio Carlos Bruno (Terra Rica), José Adelino de Freitas (Paraíso do Norte) e Maicol Lima Garcia (Alto Paraná). Os da Caixa são: Keli Cristina Petruskas (Colorado), José Benedito Filho (Nova Londrina), Raimundo Garrido Arrabal (Nova Esperança), Antonio Carlos Solinski (Paranavai) e Alfredo Estruzani (Loanda). Por Campo Mourão foram eleitos dois delegados da Caixa: Luiz Aparecido dos Santos (Campo Mourão) e José Carlos de Oliveira (Mamboré). Os do BB ainda serão eleitos. É a mesma situação de Guarapuava, que elegeu dois delegados da Caixa: Francisco José de Menezes (Pitanga) e Marcos Antonio Hofmann (Prudentópolis). Já em Toledo os delegados eleitos do BB são: Daniel Ricardo Jochims (Toledo), Jomar Minoru Yokota (Palotina) e Leomar Luiz Demarchi (Marechal C. Rondon). Pelo Seeb Umuarama os delegados ainda serão eleitos.

Itaú é obrigado a melhorar plano de saúde

Depois de cinco meses de negociações, de muita insistência e de intensos debates com o Itaú, os bancários conseguiram melhorar o novo plano de saúde apresentado pelo banco. O novo plano, que entra em vigor no próximo dia 1º de novembro, traz, entre outras novidades, a cobertura integral de transplantes, doenças infecto-contagiosas, fonoaudiologia, acidentes de trabalho e outras. O novo plano é familiar, com interação em apartamento para titulares e dependentes, e custa entre 3,5% e 5% do salário. Os que ganham até R\$ 2.100 pagam 3,5%. O plano inclui também seis consultas anuais e o pagamento de R\$ 5,40 a partir da sétima consulta. Os funcionários que já possuem agregados em seus planos não poderão arcar com custo maior do que 30% do salário. Os que já pagam mais de 30% continuam arcando com a mesma quantia, sem redução ou acréscimo da mensalidade. O Plano Odontológico também não terá fator moderador e o básico custará R\$ 3,00 para quem ganha até R\$ 1000 por mês. Quem recebe de R\$ 1000 a R\$ 1.500 vai desembolsar R\$ 5,00; de R\$ 1.500 a R\$ 2 mil, R\$ 6,00; de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, R\$ 7,00 e, acima de R\$ 3 mil, R\$ 9,00. O acordo do Plano de Saúde é renovável a cada dois anos e não pode ser extinto ou mudado sem autorização da assembleia dos funcionários, que também terão representantes em sua administração.

A Comissão de Empresa de Organização dos Empregados cobra do Itaú o envio aos funcionários da relação de convênios e a cartilha com as regras do Plano. No Paraná, os sindicatos não estão satisfeitos com a lista de credenciados da Fundação Paranaguá apresentada pelo banco – formada basicamente pelos profissionais de saúde que atendiam pelo antigo PASS, no Banestado. A orientação é para que os funcionários que não encontrarem na relação o nome do médico de sua preferência fazerem contato com a URRH-Sul do Itaú, em Curitiba, solicitando que o credenciamento seja feito.

Campanha Salarial

Todos os bancos fecham acordos

É lugar comum. Mas vamos repetir. Foi uma campanha difícil. O que assusta é que essa dificuldade aumenta a cada ano. Às vezes, vendo o lucro dos bancos, dá pra supor que com tanto dinheiro e, relativamente, com poucos empregados, a campanha deveria ser fácil. Mas não é e nunca vai ser. Basta lembrar que é comum pessoas ou empresas que têm muito dinheiro serem, com diz no popular, "munhecas", "muquiranas" ou coisa parecida. A campanha deste ano teve elementos positivos e bonitos de se ver. Nos bancos privados o acordo só saiu após a oitava rodada de negociação e uma estratégia acertada de paralisações nos bancos que têm peso na Fenaban. A última, só pra lembrar, foi uma grande pa-

O interessante será o movimento sindical conseguir alternativas de reposição anual da inflação nos salários...

ralização de dia todo no Bradesco, no dia 25 de setembro. No Banco do Brasil e na Caixa, foi mais interessante ainda.

Os bancários desses bancos não aceitaram as propostas, que num primeiro momento pareciam com a da Fenaban, mas após informações mais detalhadas e cálculos, concluiu-se que eram bem diferentes principalmente nos critérios da PLR e no entendimento do que era salário-base ou padrão. Daí a deflagração de greve, a princípio nas capitais e depois também tomando corpo por todo o interior do país.

Esses bancários, após dez anos sem fazer uma greve, até porque a repressão era mais dura com o patrão anterior, sofreram perdas salariais, de be-



Assembleia dos bancários do BB e da Caixa, em Paranavaí. Os sindicatos do Pactu mostraram organização e conseguiram boa mobilização da categoria

nefícios e precarizaram outras conquistas em acordos que não foram assinados pelos Sindicatos da CNB/CUT. Esses bancários perceberam que o momento era de testar o atual patrão, pois esse tem histórico que leva a crer ser mais sensível às demandas dos trabalhadores. Deu certo. Claro que iam mostrar esta sensibilidade (acordo igual ao da Fenaban) com os bancários trabalhando, e a greve foi um re-

curso que deu certo.

Os bancários federais tiveram outra conquista importante: o reconhecimento do delegado sindical, a valorização dos novos funcionários e o reconhecimento da CNB-CUT, que assina pela primeira vez acordos com esses bancos.

Os bancários queriam os 21,58% de reajuste nos salários, que eram formados por 16,43% de inflação dos últi-

mos doze meses, mais 3,99% de produtividade e outros 0,42% de resíduos inflacionários de 2001/2002.

Para a CNB/CUT, se somados ao reajuste de 12,6% o abono de R\$ 1.500, para um bancário que ganha na faixa de R\$ 1.000,00, representa uma variação anual de 23,85%, equivalendo a uma média de 5,46% acima do INPC. Para um bancário na faixa de R\$ 2.200 o índice de reajuste representa variação de 17,71%.

Não é mau, mas o interessante será o movimento sindical conseguir alternativas de reposição anual da inflação nos salários, refletindo na contribuição do INSS, FGTS, das férias e do 13º salário. Foram os acordos possíveis, não os ideais. Veja abaixo os acordos assinados com a Fenaban, o BB e a Caixa, e confira nas páginas 4 e 5, um balanço de como foi a participação dos bancários da CNB/CUT no Paraná nesta campanha.

ACORDO FENABAN

- * Reajuste: 12,6%
- * Abono de R\$ 1.500
- * PLR, de 80% do salário mais R\$ 650, com a primeira parcela creditada até dez dias úteis após fechamento do acordo
- * Auxílio creche/babá/filhos excep. = R\$ 143,76
- * Auxílio cesta-alimentação = R\$ 200,00
- * Tiquete-refeição = R\$ 11,67
- * Anuênio = R\$ 11,47
- * Gratificação de compensador = R\$ 65,31
- * Indeniz. por morte em assalto = R\$ 57.501,86
- * Ajuda p/ deslocamento noturno = R\$ 40,25
- * Auxílio-funeral = R\$ 385,62
- * Auxílio-qualificação p/ demitidos = R\$ 574,70

ACORDO DO BB

- * Reajuste de 12,6%
- * PLR, relativa ao primeiro semestre de 2003, de 40% do salário, mais valor fixo de R\$ 325,00, com teto de R\$ 2.308,50, paga até 10 dias após a assinatura do acordo.
- * Abono de R\$ 1.500,00
- * Auxílio refeição R\$ 11,67
- * Auxílio creche R\$ 143,75
- * Cesta alimentação R\$ 200,00
- * Banco de horas - Acaba o banco de horas, e o BB se compromete a pagar todas as horas extras feitas nas dependências com até dez funcionários e, nas demais, metade das horas serão pagas como extras e a outra metade serão compensadas, ambas com adicional de 50%.

ACORDO DA CAIXA

- * Reajuste de 12,6%
- * Ajuste de Mercado: 10% de reajuste para os cargos da carreira técnica e de assessoramento; 5% para os cargos da carreira gerencial e de assessoramento estratégico (Matriz e Filiais) e da carreira negocial.
- * Abono: R\$ 1.500,00
- * Auxílio alimentação/refeição: R\$ 11,67;
- * Auxílio cesta-alimentação: R\$ 100,00. Em setembro de 2004, será acrescido 50% da diferença que houver em relação ao valor da Fenaban (já reajustado). Em setembro de 2005, o valor será igualado ao da Fenaban.
- * PLR: 80% da remuneração-base, mais R\$ 650,00
- * Ausência Permitida: 5 dias, sem possibilidade de conversão em espécie, para os admitidos após 19 de março de 1997.
- * Parcelamento de Adiantamento de Férias em até 5 vezes para os admitidos após 19 de março de 1997.
- * Redução de 50% dos juros de cheque especial - nível 6
- * Isenção total da taxa de anuidade do cartão de crédito para os empregados.

Mobilização garant

Manifestações, passeatas, caravanas, assembléias públicas, agitação nas ruas e paralisação de agências bancárias por todo o país. Essa foi a forma que os bancários encontraram para combater a ganância e cobrar responsabilidade social dos banqueiros. Foram necessárias oito rodadas de negociações para forçar a Fenaban a apresentar uma proposta que ficasse próxima àquela reivindicada pela categoria. Não foi a ideal, mas a melhor possível.

No BB e na Caixa, só a greve garantiu o mesmo acordo dos privados. E entra para a história como um marco divisor de duas eras, pois resgata a auto-estima do funcionalismo do BB e da Caixa, inicia uma caminhada rumo à conquista de melhores salários e condições de trabalho e enterra definitivamente o período neoliberal.

Vale lembrar que, apesar da melhora em alguns indicadores, o país ainda atravessa uma conjuntura econômica difícil, em que cerca de 60% das categorias profissionais que já fecharam acordos coletivos não conseguiram repor a inflação dos últimos 12 meses, que ficou em torno de 18%, segundo o INPC. No caso dos bancários, nos últimos anos as propostas dos banqueiros têm sido feita de forma composta de reajuste salarial e abono.

O Pactu avalia que, mais uma vez, os sindicatos de bancários da CNB-CUT mostraram eficiência e boa organização na mobilização dos bancários. Esse amadurecimento indica que a luta para cobrar responsabilidade social dos bancos, por garantia de empregos e salários mais justos, não se esgota nessa campanha salarial.



GUARAPUAVA



CAMPO MOURÃO



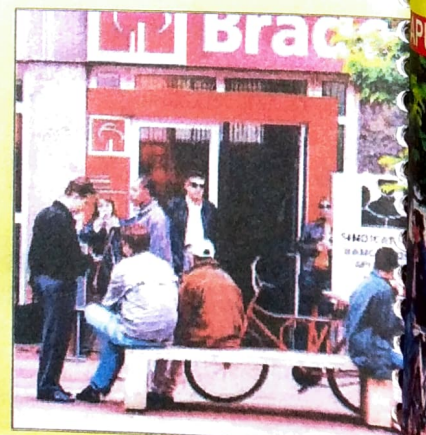
TOLEDO
Assembléia BB



CAMPO MOURÃO



CURITIBA



u o melhor acordo



PARANAÍBA



LONDRINA

APUCARANA



UMUARAMA

Bancários do Pactu opinam:

“Foi um acordo satisfatório. Não é o que queríamos, mas acredito que foi o possível diante de dificuldades que enfrentamos durante a campanha. O sindicato foi ativo nas mobilizações e isso contou muito...” (Igeni João Caramori Junior - Bradesco/Umuarama)

“Na minha avaliação, o acordo foi bom. Principalmente em relação ao auxílio-alimentação, que teve aumento real. O abono também foi bom. No balanço geral, o acordo foi satisfatório...” (Marcos Rogério Sanders - HSBC/Toledo)

“Diante das dificuldades impostas pelos banqueiros, o acordo foi bom. O principal ponto, na minha opinião, foi o reajuste real dos auxílios...” (Áureo Aparecido Abreu - Itaú/Paranaíba)

“O acordo não é o que a gente esperava, pois nem repôs a inflação dos últimos doze meses. Mas antes pouco do que nada. A mobilização dos bancários também foi importante durante a campanha...” (Mary Santos Fonseca - Banco Real/Campo Mourão)

“Poderia ser melhor. O abono não incorpora ao salário, mas o valor acordado foi bom. Em relação aos auxílios, também acho que o aumento poderia ter sido melhor...” (Jandir do Carmo - Banco Mercantil/Guarapuava)

Transgênicos

Governo libera. A CUT é contra. E você?

O tema envolvendo os transgênicos é extremamente polêmico, não só no Brasil mas em todo o mundo. E o debate sobre a liberação dos alimentos geneticamente modificados para consumo irrestrito encontra-se longe de sua conclusão. Um exemplo foi a série de reações contrárias à Medida Provisória do governo federal, que libera o plantio da soja transgênica Roundup Ready no Rio Grande do Sul, na próxima safra.

A MP estabelece como normas, por exemplo, que as sementes não podem ser comercializadas ou semeadas fora do estado em que foram produzidas e restringe o período de comercialização da soja colhida a partir das sementes transgênicas até 31 de dezembro de 2004. Depois disso, o estoque deverá ser incinerado.

Toda a questão envolvendo os transgênicos ainda deve ser objeto de um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Mas desde já muitos segmentos se posicionam contra e criticam a liberação. O Pactu consultou várias pessoas sobre o assunto e a maioria concordou num ponto: falta informação. A nutricionista Denise Trindade, de Umuarama, diz que a falta de informações é o que gera polêmica. Contra a aprovação dos transgênicos, ela lembra que não existe comprovação sobre que efeito esse alimento causará à saúde humana, e aconselha: o melhor é não consumir.



No Paraná, uma lei proíbe o plantio, a comercialização e o transporte de transgênicos

Estudos não conclusivos apontam que quem consome transgênicos pode ter alergias agudas e criar resistência a antibióticos, sem contar os efeitos desconhecidos ao meio ambiente da modificação genética como técnica da agricultura. Há suspeitas de que os organismos transgênicos possam eliminar sementes naturais e aumentar as ocorrências de pestes ameaçadoras das plantações.

A CUT É CONTRA - Para a CUT, a liberação dos transgênicos abre um precedente grave. A CUT entende que a liberação introduz o monopólio da semente por parte de empresas como a Monsanto, à qual os agricultores se obrigam a pagar royalties no valor de 10 a 24 dólares por hectare plantado. Além disso, a liberação coloca em risco a segurança alimentar e significa uma grave ameaça à biodiversidade, pelo poder de contaminação das plantas transgênicas, com conseqüências gravíssimas ao equilíbrio ecológico e à qualidade de vida da população.

Por fim, a CUT lembra que o que está em jogo é a própria perspectiva de um Brasil socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Reformas: Previdência e Tributária na reta final

Há uma disposição do Congresso Nacional em concluir o mais rápido possível as reformas da Previdência e do sistema fiscal e tributário. A reforma da Previdência já passou pela

Câmara e chegou ao Senado, onde deve ser aprovada sem grandes mudanças. Um dos pontos básicos, como todos sabem, é a mudança do teto e a contribuição dos inativos, comemorados como importante vitória pelo governo.

Já a reforma Tributária é de longe a mais complexa, pois envolve interesses da União, dos Estados, dos Municípios, dos empresários e dos contribuintes de forma geral. O projeto, já aprovado pelos deputados, está agora no Senado e deverá ser votado até o final do ano. Já está decidido que os senadores ouvirão o ministro Antônio Palocci, empresários, centrais sindicais e governadores. Não estão descartadas mudanças em relação ao projeto aprovado na Câmara.

Outras duas reformas, não menos importantes, também começam a ser debatidas: política e a do sistema sindical e trabalhista. A reforma política, inclusive, já consta da pauta da Câmara Federal para ser iniciada ainda em 2003. Terá como pontos principais a redução do número de partidos políticos e a fidelidade partidária. A aprovação da fidelidade evitará, por exemplo, a troca-troca de partidos às vésperas de eleições. Nessas mudanças, a maioria dos políticos leva em conta principalmente as vantagens pessoais, o que não é interessante para a população. Já em relação à reforma sindical e trabalhista, o que houve até agora foram os encontros regionais e estaduais promovidos pelas delegacias regionais do Ministério do Trabalho, e entidades sindicais e sociais, que tiraram propostas para a Conferência Nacional dos Trabalhadores, marcada para ocorrer até o final de outubro, em Brasília. Do encontro deverá sair um documento que vai subsidiar os congressistas durante a reforma. Mas não há expectativa de que o assunto entre na pauta ainda neste ano.

Estatuto do Idoso garante saúde, educação e renda

Não é fácil chegar à velhice e constatar que o dinheiro não é suficiente para os sonhados planos de "curtir a vida". Ao contrário, mal sobre recursos para os remédios de pressão alta e outras complicações que surgem com a idade. Além do risco de maus-tratos, abandono, exploração.

Para tentar por ordem nisso é que foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei que criou o Estatuto do Idoso. Entre os 123 artigos, o Estatuto prevê atendimento médico

e educacional privilegiados, a criação de universidades para a 3ª Idade, que todos continuem recebendo o equivalente ao mesmo número de salários mínimos de quando se aposentaram.

O importante é lembrar que, com o estatuto, passa a ser considerado crime todo tipo de agressão contra o idoso, inclusive apropriação indevida de bens e de dinheiro, como acontece em algumas famílias que ficam, não só com o cartão, mas como a senha do idoso. Vale lembrar que hoje só tem

direito a receber o benefício da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) o idoso com mais de 67 anos cuja renda per capita familiar seja um quarto do salário mínimo.

Com o Estatuto, a idade baixa para 65 anos e dispensa qualquer comprovação de renda. Os idosos ganham desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas; na área da educação, os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de envelhecimento.

A lei prevê multa e prisão para quem descumprir o Estatuto...

E quanto aos planos de saúde, o Estatuto veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

A SOCIEDADE PARTICIPA

Houve uma grande mobilização para que o Estatuto do Idoso fosse aprovado. Um dos maiores benefícios é o atendimento diferenciado à saúde. Segundo pesquisa do IBGE, apenas 26,9% do total de idosos no país possui algum plano de saúde, sendo que em

algumas regiões como o Nordeste essa taxa ainda cai para 13%. As mulheres são ainda mais afetadas, porque vivem mais tempo e, em geral, com menos recursos e menos escolaridade.

É verdade que já existem focos de resistência à aplicação do Estatuto do Idoso por parte de determinados segmentos econômicos - como os planos de saúde, por exemplo. Mas importa lembrar que hoje são milhares de entidades, sindicatos, associações e grupos de 3ª Idade, que estão interessados no idoso e, portanto, estão comprometidas em fiscalizar e fazer cumprir o Estatuto.

CAMPO MOURÃO

Diretoras no Seminário sobre Economia Solidária

Seeb, Camargo Mourão



Parlamentares que promoveram o evento e demais convidados à mesa Diretiva, na abertura do seminário

As diretoras do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, Mirna Loi Labre e Sônia Yamada Mauro, e a educadora Maria Aparecida dos Santos Lima, participaram nos dias 9 e 10 de outubro, do Seminário "Economia Solidária - Perspectivas e Desafios", promovido pelos parlamentares André Passos, Natálio Stica e Dra. Clair, os três do PT, com apoio da CUT-Paraná e de outras instituições. Economia solidária é uma nova forma de organização do trabalho e da produção.

Em todo o país já existem exemplos diversos, como cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de auto-gestão, bancos comunitários e outras organizações populares que funcionam no campo e na cidade. Essas organizações são estruturadas dentro de um projeto de economia solidária. Ou seja, um grupo de trabalhadores se reúne, decide o que produzir e divide em par-

tes iguais o trabalho, o lucro ou o prejuízo. As experiências têm mostrado que, pelo fato de eliminar os atravessadores na produção e na comercialização, essas organizações sempre têm obtido resultados positivos.

O Seminário foi realizado na Assembléia Legislativa e debateu a atual situação da economia solidária no país e as possibilidades que podem vir a ser criadas a partir de uma discussão entre sociedade e governos. Entre os assuntos abordados estão as experiências Nacionais e Internacionais de Economia Solidária, a questão jurídica, as Incubadoras Tecnológicas, projetos de lei de cooperativismo e a crise no emprego.

A professora Dália Maimom do Instituto de Economia da UFRJ na área de desenvolvimento sustentável, falou sobre a busca por alternativas de renda ecologicamente viáveis para a população residente em áreas florestais. Sobre a situação da economia so-

lidária no Brasil, a professora afirmou que "pela primeira vez a economia solidária passou a ser uma política de governo, que tem início com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária".

Participaram do seminário diversas autoridades, como Paulo Singer, secretário Nacional de Economia Solidária que fez a abertura do evento; o secretário de Ciência e Tecnologia Aldair Rizzi (representando o governador Roberto Requião); Roni Anderson Barbosa, presidente da CUT; Padre Roque Zimmermann, secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social; Carlos Moreira Júnior, reitor da Universidade Federal do Paraná; Sergio Ataláde Silva, da ADS/CUT; deputados Natálio Stica e Clair da Flora Martins e o vereador André Passos.

No encerramento do evento, o deputado Stica explicou que outras atividades estão sendo pensadas. Como a realização de discussão e debates visando colher idéias para elaboração de um projeto de Economia Solidária, a ser apresentado na Assembléia Legislativa pelo deputado. "O projeto estará fundamentado nas necessidades e prioridades dos diversos grupos que desenvolvem atividades de economia solidária no estado, fazendo este um projeto realmente democrático" finalizou. Paralelo ao evento, foi realizada uma feira de Produtos Artesanais que contou com a participação da Cooperativa dos Trabalhadores Sem Terra, do Provopar estadual e de representantes de Incubadoras Tecnológicas.

CUT Regional Noroeste

No último dia 18/10, foi realizado em Maringá mais um seminário para discutir a fundação da CUT Noroeste. Os presentes debateram os atuais projetos que o governo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional do Trabalho e a CUT estão propondo para a reforma sindical e trabalhista. Segundo Beto Von Der Osten, representante da CUT no Fórum Nacional, muitas das propostas que dizem respeito à reforma sindical, terão como resultado aumentar a importância das centrais na organização dos trabalhadores. Daí a importância da Regional Noroeste da CUT estar consolidada e se apresentar aos trabalhadores da região como uma alternativa séria de representação. A Comissão Organizadora da CUT Noroeste trabalha para fundar a Regional ainda neste ano.



Lideranças sindicais da região em reunião que prepara a fundação da CUT Noroeste, prevista para novembro.

Força Sindical quer levar R\$ 7,75 milhões

O governo federal editou Medida Provisória, de número 130, que permite empréstimos em consignação em folha de pagamento dos trabalhadores, desde que seja avalizado pelas centrais sindicais ou sindicatos. Isso possibilita a essas entidades sindicais receberem um percentual sobre o valor emprestado a cada trabalhador. A Força Sindical, por exemplo, fechou um acordo para os metalúrgicos de São Paulo, junto ao Banco Santander/Banespa, e estima que os trabalhadores aderirem, pode arrecadar R\$ 7 milhões e 750 mil. No acordo da Força, o banco cobrará juros de 2% a 3,8%, com prazos que variam de 12 a 48 meses, e pagará à central 0,50% por contrato individual firmado. Paulinho Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, defende a cobrança, pois acha que os seus sindicatos vão sofrer uma redução da arrecadação financeira drástica com o fim da cobrança do imposto sindical, que está para ser extinto na reforma sindical e trabalhista. A Força espera estender esse empréstimo a 16 milhões de trabalhadores nas bases de seus 1.800 sindicatos em todo o país. Já Luiz Marinho, presidente da CUT, afirma que a central está articulando no sentido de fazer com que as taxas cobradas sejam as menores possíveis. Nesse sentido, a CUT chegou a propor aos bancos uma concorrência e, numa primeira etapa, 19 instituições já detalharam suas propostas, que serão divulgadas aos trabalhadores. Ele até reconhece a existência de um custo para os sindicatos, para promover e fiscalizar esses contratos. Mas critica a proposta da Força Sindical e acha que existem outros mecanismos capazes de substituir o imposto sindical. Para cobrir as eventuais despesas desses contratos, Marinho propõe que os trabalhadores associados tenham juros menores do que os não associados. Essa diferença maior para o não associado não iria para o banco, mas privilegiaria o associado ao sindicato, como um benefício adquirido por ser associado, mostrando aos não associados que vale a pena ser sindicalizado.

Piscina, picolé e pagode!!!

Assim como em todo o Noroeste, em Campo Mourão, apesar de estarmos na Primavera, a temperatura tem alcançado picos de 40 graus, o que fez a direção do Sindicato dos Bancários abrir mais cedo a piscina da associação. No último dia 04/10, as crianças gostaram muito da reabertura da piscina. Além da água fresca, as crianças saborearam gostosos picolés distribuídos pela diretoria. À noite, quem se divertiu foram os pais da criança: teve boa música para ouvir e dançar, com o grupo "IDR 100% Pagode".



Seeb, Camargo Mourão

ESTÁ PROVADO: Noroeste ficou mais pobre durante a era Lerner/FHC

O mais recente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pesquisado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), prova que os governos de FHC e Lerner levaram o Noroeste do Paraná a uma situação de grande pobreza. Só para citar alguns exemplos, os municípios São Jorge do Patrocínio, Tüneiras do Oeste, Vila Alta, Moreira Sales e Mariluz, entre os 399 municípios do Paraná, ficaram respectivamente em 314, 316, 327, 329 e 383 lugares.

A pesquisa, identificou os bolsões de miséria a partir de três aspectos principais: educação, renda e longevidade. Os municípios foram classificados por índices que variam de "0" (zero) até 1 (um), sendo "0" o menor e 1 o maior. Os índices até a 0,499 caracterizam baixo desenvolvimento humano, de 0,500 a 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, e igual ou acima de 0,800 equivalem a um alto índice de desenvolvimento.

O Paraná apareceu em 6º lugar no ranking nacional e com o pior desempenho entre os estados do Sul,

sendo que dos 20 municípios desta região com menor IDH, 17 são paranaenses e muitos deles estão na região Noroeste. Diante desse quadro, o Pactu avalia que está comprovado que a realidade dessa e de outras regiões do país, ainda caracteriza-se pelo alto índice de concentração de renda, desemprego e analfabetismo, e que isso dificulta a vida da população. Avalia ainda que, diante dessa realidade, é natural uma escalada assombrosa da violência nas pequenas e grandes cidades, crescimento do desemprego e do trabalho informal e aumento do número de ocupações de terras improdutivas – notadamente no Paraná.

SOLUÇÃO - É difícil, em quatro anos, mas já existem programas dos governos estadual e federal, minimizando o problema. No Paraná foi implantado um programa para reduzir o custo da energia elétrica para as empresas que gerarem mais empregos a jovens e adultos, entre outros. No âmbito federal estão sendo desenvolvidos os programas Fome Zero, Bolsa Família e o Primeiro Emprego, entre outros, além micro-crédito com juros reduzidos.

Câmara de Pitanga reduz número de vereadores

Pela letra A do inciso IV do artigo 29 da Constituição Federal, os municípios que tenham de 20 mil até 1 milhão de habitantes poderão ter no mínimo 9 vereadores e no máximo 21. Já as letras B e C deste mesmo inciso, limitam a no mínimo 33 vereadores e máximo 41 para municípios que têm entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes e, da mesma forma, mínimo de 42 e máximo de 51 vereadores para os que têm mais de 5 milhões de habitantes.

Por esta normativa constitucional, se uma Câmara de Vereadores de um município com 20 mil habitantes, não usar o princípio da razoabilidade, poderá ter até 21 vereadores, o mesmo número de um município com 1 milhão de habitantes, sem cometer violação constitucional.

Daí a necessidade de uma lei complementar. No momento, diversos projetos tramitam no Congresso Nacional, mas nenhum foi aprovado.

No entanto, numa iniciativa inédita no Paraná, a Câmara de Vereadores de Pitanga, cidade com 38 mil habitantes e localizada na região de Guarapuava, reduziu quatro cadeiras. Na próxima Legislatura, serão 11 vereadores ao invés dos 15 atuais. O projeto foi apresentado pela vereadora



A vereadora Jane Picolli Albuquerque Zampier, autora do projeto de lei, que é inédito no Paraná

Jane Picolli Albuquerque Zampier (PDT) – foto - e teve aprovação de dois terços dos vereadores. Para Jane, a redução de cadeiras não prejudica o trabalho da Câmara e qualifica a disputa pelas vagas no Legislativo, além de reduzir gastos. Ainda para Jane, o orçamento para a Câmara pode continuar o mesmo, mas permite, se houver sobras, a devolução para os cofres da prefeitura.

A iniciativa daqueles vereadores que aprovaram tal

redução é digna de aplausos pelos eleitores de Pitanga. Vale registrar também que a Câmara de Pitanga está fazendo repasses de R\$ 10 mil em setembro e outubro para ajudar a prefeitura nas despesas com transporte escolar.

O Pactu parabeniza a vereadora Jane pela nobre iniciativa e torce para que outros municípios sigam o bom exemplo de Pitanga, e não esperem regulamentação da lei para se adequarem.

Nobel da Paz é de uma iraniana

Ainda repercute em todo o mundo o fato de uma iraniana, muçumana e ativista político ter ganhado o Prêmio Nobel da Paz deste ano. A ganhadora é a advogada Shirin Ebadi, que se notabilizou pela luta em defesa da democracia e dos direitos humanos, principalmente das mulheres e crianças. A premiação de Shirin despertou argumentos apaixonados entre os iranianos e refletiu a profunda divisão entre reformistas e seguidores da linha dura do clero islâmico. A premiação também quebra um tabu: é a primeira vez que o Irã ganha o Nobel da Paz e Shirin é a 11ª mulher a conquistar o prêmio em 100 anos de história. Mais que isso: mostra que o mundo está reconhecendo a luta das mulheres muçumanas. Para muitos analistas políticos internacionais, a premiação também caiu como uma bomba sobre a cabeça de líderes mundiais, como o presidente dos EUA, George Bush. Principalmente porque a advogada iraniana foi escolhida para estimular mudanças no Irã, onde são frequentes as denúncias de repressão política e desrespeito aos direitos civis.

Pactu na comunidade

Cumprindo um papel de sindicato cidadão, a diretoria do Pactu participou nos últimos 30 dias de diversas conferências, que discutiram e encaminharam propostas que, se aprovadas, mudam para melhor a qualidade de vida da população. É o caso das Conferências Regional e Estadual do Meio Ambiente, que sugeriram ao governo federal a continuidade dos programas de proteção das matas ciliares e ratificaram um projeto do governo do Paraná no sentido de que as propriedades mantenham o mínimo de 20% de reservas florestais, além de proposta que fiscaliza o uso indiscriminado de agrotóxicos. Também foi sugerida proposta de valorização da agricultura orgânica. Em Paranavaí, participaram da Conferência Regional do Meio Ambiente Neil Emídio Júnior e Edmilson Botéquio. Na Conferência Municipal da Saúde participou o diretor João Carlos.

Já em Campo Mourão, Nivalda Sguisardi apresentou o Pactu na Conferência Municipal da Saúde e foi eleita delegada à Conferência Estadual que acontecerá de 24 a 26 de outubro, em Curitiba. Em Umuarama, participaram da Conferência Regional do Meio Ambiente Reinaldo Henriques Fernandes, Nelson Ortiz, Osni Miguel Santana e Wilson de Souza. Wilson também participou de Seminário sobre Política de Comunicação para a Região Sul da CUT, nos dias 1, 2 e 3/10 em Florianópolis. Já a Conferência Municipal da Saúde teve a participação dos diretores Marcelo Montanha, Claudemir Santello, Reinaldo Henriques Fernandes, Lindomar Aparecido Soares e Luiz Carlos Carneiro. Marcelo Montanha vai participar da Conferência Estadual e o Sindicato dos Bancários ficou como representante da CUT no Conselho Municipal de Saúde.